

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 548.656 - SP (2019/0357111-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO JORGE MUSSI**  
**IMPETRANTE** : MARIA LUCIA DA SILVA DIAS E OUTRO  
**ADVOGADOS** : MARIA LÚCIA DA SILVA DIAS - SP227136  
PETERSON DIEGO ALVES - SP416474  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : JOSE CABRAL DA SILVA DIAS (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JOSE CABRAL DA SILVA DIAS contra decisão de Desembargador integrante do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO que indeferiu a liminar no HC n. 2261573-60.2019.8.26.0000.

Nesta via, a impetrante alega a ocorrência de constrangimento ilegal capaz de superar o óbice do enunciado da Súmula 691/STF, diante da ausência de fundamentação da decisão que indeferiu a medida liminar.

Sustenta a ilegalidade quanto à determinação da imediata execução provisória da reprimenda privativa de liberdade pelo sentenciado antes do trânsito em julgado da condenação, asseverando ser devido ao réu o direito de aguardar em liberdade o trânsito em julgado da condenação, nos termos do julgamento do mérito das Ações Declaratórias de Constitucionalidade n. 43, 44 e 54 pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal.

Requer a concessão sumária e definitiva da ordem constitucional para que seja determinada a suspensão da execução provisória da pena, garantindo-se ao paciente o direito de aguardar em liberdade o trânsito em julgado da condenação, expedindo-se o competente alvará de soltura em seu favor.

É o relatório.

Infere-se que além deste *mandamus* foi impetrado em favor do paciente o HC n. 529.024/SP, também impugnando a execução provisória da pena cominada ao paciente nos autos da Ação Penal n. 0011219-57.2015.8.26.0269, cuja ordem foi concedida de ofício para garantir-lhe o direito de aguardar em liberdade o trânsito em julgado da condenação, sem prejuízo de que nova prisão seja ordenada por fatos supervenientes que demonstrem a necessidade da medida ou da fixação de medidas cautelares diversas da prisão, desde que de forma fundamentada, o que revela a perda do objeto deste *mandamus*.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 34, inciso XI, do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, **julga-se prejudicado** o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos ao arquivo.

Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator

